

LEGISLATIVO

Maria da Penha para militares

Presidente do STM apoia projeto que passa para a Justiça comum os crimes de violência doméstica contra a mulher militar

» EVANDRO ÉBOLI

O presidente do Superior Tribunal Militar (STM), brigadeiro Joseli Parente Camelo, apoia todo rigor na punição para militares que cometem violência doméstica contra a cônjuge também integrante de força de segurança. Para o magistrado, a agressão às mulheres é inaceitável, e citou o feminicídio como algo intolerável, assim como todas as formas de violência que se manifestam na relação entre casais de militares.

O ministro foi abordado pelo **Correio**, no Congresso Nacional, na semana passada, e perguntado especificamente sobre o projeto aprovado na Câmara, da (agora) deputada suplente Kátia Sastre (PSD-SP), que transfere da Justiça Militar para a Justiça comum casos como esses, que envolvem violência entre casais de militares. **(Leia na entrevista abaixo)**

Camelo lembrou que, hoje, esse tipo de ocorrência é tratado pelo Código Penal Militar, mas não vê objeção na tramitação da proposta da suplente paulista e disse que concorda que a punição seja dura.

“Concordo, não vejo objeção. São casos que acontecem e que precisam ser julgados com rigor”, afirmou o presidente do STM, em sua passagem pelo Senado Federal.

O projeto da deputada insere na parte do Código Penal Militar que trata de crimes militares em tempos de paz um artigo para “atribuir à Justiça comum a competência para o julgamento de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticados por militar da ativa contra militar na mesma situação”.

Relatora do projeto na Câmara, a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) deu parecer favorável e afirmou que esses agressores hoje se “escondem” e se “protegem” na Justiça Militar e que nunca são julgados por esse tipo de crime.

“Já que não se quer punir como se deve, que se transfira para uma Justiça mais rigorosa. Não

Renato Souza/CB



Presidente do STM, Joseli Camelo: “sem objeções” ao projeto de Kátia Sastre

CNJ/Divulgação



Se o projeto virar lei, Justiça Militar deixa de julgar violência doméstica contra PMs e membros das Forças Armadas

pode é ficar impune. O que se visa com essa proposta é a proteção da mulher militar, de sua dignidade, da proteção de seu corpo”, disse a relatora.

Intimidade e disciplina

Sastre se elegeu deputada em 2018 após se notabilizar por uma ação em Suzano, no interior de São Paulo. Em maio daquele ano, ela reagiu com um tiro a um assaltante que chegou apontando uma arma para um grupo de pessoas, na frente de uma escola. Na eleição daquele ano — e graças à popularidade que conquistou com o episódio —, ela foi a sétima



Já que não se quer punir como se deve, que se transfira para uma Justiça mais rigorosa. Não pode é ficar impune. O que se visa com essa proposta é a proteção da mulher militar, de sua dignidade, da proteção de seu corpo”

Laura Carneiro (PSD-RJ), deputada federal e relatora do projeto

deputada federal mais votada no estado, com 264 mil votos. Tentou se reeleger no ano passado, mas recebeu bem menos

apoio, cerca de 60 mil votos, e não conseguiu ser eleita como titular. É suplente da bancada. Na justificativa de seu projeto,

a autora argumenta que fatos ocorridos na intimidade do casal não impactam a disciplina ou a hierarquia militar nem ofendem bens jurídicos exclusiva ou essencialmente militares.

“Não há razão para submetê-los à jurisdição castrense. Sabemos que as distorções existentes entre essa Justiça especializada e a Justiça comum acabam por gerar injustiças, tendo em vista o menor rigor da lei penal militar e o abrandamento das punições em relação a crimes que tanto ofendem a sociedade brasileira”, afirmou.

O projeto, que segue para tramitação no Senado, foi aprovado em uma sessão dedicada à

campanha mundial 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. A bancada feminina selecionou sete projetos de iniciativa masculina com conteúdo de defesa das mulheres. E também escolheu sete propostas de deputadas com o mesmo objetivo.

Foi incluído também no pacote a criação de um serviço médico específico para cuidar e acolher a mulher alcoolista, fim da prescrição para quem cometer crimes sexuais contra mulheres, fim de atenuante para menor de 21 anos e maior de 70 que violentar mulher, e ações de prevenção contra as mulheres em casas de show e bares, como a campanha batizada de “Não é não”.

»Entrevista | KATIA SASTRE | DEPUTADA FEDERAL SUPLENTE (PL-SP)

“Não quer ser preso? É simples: não agrida”

Hoje na suplência, a deputada federal Policial Katia Sastre (PL-SP) é autora de um dos projetos aprovados por unanimidade no pacote de proteção e combate à violência contra as mulheres, no fim do ano passado, na Câmara. Sastre propõe que os crimes de violência doméstica ou familiar cometidos por militares, sejam policiais ou das Forças Armadas, contra a cônjuge também militar, sejam transferidos da Justiça Militar para a justiça comum.

Para Katia Sastre, que é aliada política do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a Justiça castrense falha ao não punir esses agressores fardados por tratar esse tipo de crime com base no Código Penal Militar, desconsiderando os avanços da Lei Maria da Penha. Essa legislação prevê as formas de violência doméstica contra a mulher como físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais.

*Ao **Correio**, Sastre contou que, quando apresentou a proposta, em 2021, foi abordada, principalmente, por militares das Forças Armadas — e até por algumas esposas e companheiras de integrantes das corporações militares — para não avançar com o tema.*

Depois de 21 anos como PM — se aposentou da carreira depois que entrou na política —, Sastre diz que “o militar é machista” e que os que cometem agressões devem ser submetidos ao rigor da Lei Maria da Penha.

Por que a senhora decidiu apresentar esse projeto?

Na Polícia Militar existem muitos casais que se conheceram no percurso natural da profissão, no serviço. É o meu caso, por exemplo. Só que, quando entre policiais envolve crime de violência doméstica, não é invocada a Lei Maria da Penha. E o caso é tratado como crime militar. Não pode! Está errado. Se é uma violência que ocorre dentro da sua casa, do casal, tem que ser sim aplicada essa lei. Não é como se fosse algo dentro do quartel. Nesses 21 anos na PM a gente vê isso. A PM é, geralmente, machista. Como em outras profissões. E a gente sabe que a instituição é um pouco machista mesmo.

Hoje, como tramita esse tipo de denúncia?

Tinha esse problema. Quando a denúncia de violência contra a mulher chega numa delegacia, hoje, vai parar nas mãos do superior hierárquico militar. E muitos deles acabam relaxando para defender o amigo, a instituição. E, aí, chama o superior, que tira a competência de um delegado. E vai para a Corregedoria, na esfera militar.

Com que frequência isso ocorre?

Há uns dois ou três anos, uma juíza me disse que 70% das denúncias eram sobre crimes de

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Quando envolve crime de violência doméstica entre policiais não é invocada a Lei Maria da Penha. O caso é tratado como crime militar. Não pode! Está errado”

E a senhora conheceu e testemunhou muitos casos de mulheres militares agredidas pelos maridos militares?

Sim. Infelizmente, é um tipo de crime muito comum no nosso meio. Como nos outros. Não tem classe social. Não é por sermos defensores da lei e da ordem, que isso não ocorre na polícia. É algo do ser humano, não tem diferença por causa da profissão que exerce. Como ocorre

em outras. Não existia concurso para mulheres nas polícias. O mundo é machista ainda.

Quando a sra. apresentou o projeto, em 2021, enfrentou resistências?

Sim, muita resistência. Em especial, das Forças Armadas. Chegaram a pedir reunião comigo. Foram várias reuniões com o pessoal das Forças Armadas. Afinal, um general não

quer ser preso por um delegado (caso cometa a violência contra uma mulher). E digo mais, fui procurada até por mulheres de militares das forças para não seguir adiante.

A sra. é uma deputada do PL, suplente mas esteve no mandato, da base do ex-presidente Jair Bolsonaro. Não se incomodaram com o projeto?

Não. Não teve nenhuma resistência. Quando eu estava no mandato, inclusive, outros parlamentares me apoiaram. Do PL mesmo, me apoiaram a seguir com o projeto. Não teve resistência da direita, não.

E como a sra. recebeu a inclusão do projeto no pacote da bancada feminina?

Tenho acompanhado a tramitação e fiquei muito feliz. Foi aprovado por unanimidade. Nós, deputadas, que conhecemos certas realidades, que atuamos diretamente em alguns setores e áreas, conhecemos cada instituição. Por isso é importante ter deputados de todas as áreas, porque sabem onde está errado, onde existem os problemas.

E que mensagem pode deixar se o projeto for aprovado no Senado e se tornar lei?

Se aprovado, será um grande avanço. É muito necessário para o país. E esses militares infratores serão julgados na esfera de vida e serão presos. Não quer ser preso? Simples. Não agrida. Não faça. (EE)